



Houve um tempo em que a Igreja Católica disse claramente aos fiéis que **não deveriam participar da vida política do Estado italiano moderno**. Não era uma simples recomendação prudencial nem uma opinião leve. Era uma diretriz séria, profundamente ligada à defesa da fé, da autoridade espiritual da Igreja e à sobrevivência da ordem cristã numa época revolucionária.

Essa expressão latina era breve, mas explosiva:

“Non Expedit”

“Não convém.”

Duas palavras que continham uma gigantesca batalha espiritual entre a Igreja e o mundo moderno.

Hoje, numa época marcada pela confusão política, pela secularização agressiva, por leis contra a lei natural e pela perda do sentido cristão da sociedade, muitos católicos voltam a perguntar:

- Um católico deve participar de sistemas políticos hostis a Deus?
- Existe um limite moral para a colaboração com o Estado?
- Um católico pode apoiar partidos que promovem males gravíssimos?
- O que o *Non Expedit* nos ensina hoje?

A história desta decisão pontifícia não pertence apenas ao passado. Ela é um espelho profético para o nosso tempo.

O que exatamente foi o *Non Expedit*?

O *Non Expedit* foi uma política oficialmente adotada pela Santa Sé no século XIX, que desencorajava — e em certos contextos praticamente proibia — a participação dos católicos italianos na vida política do novo Reino da Itália.

A expressão vem da fórmula latina:



“*Non expedit*”
“*Não convém.*”

Concretamente, significava que os católicos não deveriam:

- votar nas eleições nacionais,
- candidatar-se a cargos políticos,
- colaborar ativamente com o novo Estado liberal italiano.

A medida surgiu num contexto dramático: a unificação italiana havia retirado violentamente os Estados Pontifícios do Papa, reduzindo a sua soberania temporal e deixando a Igreja numa situação de perseguição política e cultural.

Para compreender o *Non Expedit*, é preciso entender que não se tratava apenas de uma questão política. Era uma questão profundamente espiritual e teológica.

O contexto histórico: a Revolução contra a ordem cristã

Durante séculos, o Papa exerceu não apenas autoridade espiritual, mas também soberania temporal sobre os Estados Pontifícios. Isso garantia uma mínima independência política em relação aos poderes civis.

No entanto, o século XIX foi marcado por:

- liberalismo anticatólico,
- nacionalismo revolucionário,
- maçonaria,
- secularismo,
- e pelo desejo de construir Estados modernos desligados de Cristo e da Igreja.

Muitos líderes do *Risorgimento* italiano viam o Papado como um obstáculo para a nova Itália unificada.



“Non Expedit”: A proibição que abalou os católicos e o drama espiritual da participação na política moderna | 3

Em 1870, as tropas italianas tomaram Roma. O Papa perdeu os Estados Pontifícios. O Pontífice declarou-se “prisioneiro no Vaticano”.

Não foi apenas uma derrota política.

Foi o símbolo de algo muito mais profundo:

a tentativa do mundo moderno de expulsar Cristo da ordem social.

A questão teológica por trás do conflito

A Igreja sempre ensinou que Cristo deve reinar não apenas nas almas individuais, mas também sobre as sociedades.

A realeza social de Cristo implica que:

- as leis humanas devem respeitar a lei natural,
- a política deve servir ao verdadeiro bem comum,
- a autoridade civil está subordinada a Deus,
- as nações têm deveres em relação à verdade religiosa.

Por isso, o choque entre a Igreja e os Estados liberais modernos foi tão intenso.

O liberalismo do século XIX afirmava:

- que a religião deveria ser relegada à esfera privada,
- que todas as religiões deveriam ser consideradas iguais perante o Estado,
- que a soberania residia exclusivamente no povo,
- que a política poderia ser organizada sem referência a Deus.

A Igreja via nisso uma rebelião doutrinal contra a ordem querida por Deus.



O *Non Expedit* como ato de resistência espiritual

Hoje muitos interpretam o *Non Expedit* apenas como uma estratégia política. Na realidade, foi uma forma de resistência espiritual.

Participar daquele sistema político podia ser interpretado como:

- legitimar a espoliação da Igreja,
- aceitar tacitamente a ordem liberal anticristã,
- colaborar com estruturas hostis à fé.

A Santa Sé queria evitar que os católicos ajudassem a consolidar um sistema construído, em grande parte, contra a Igreja.

No fundo, a pergunta era:

pode um católico colaborar com um sistema que combate ativamente Deus?

E essa pergunta continua extremamente atual.

“Não podeis servir a Deus e ao dinheiro”

Cristo disse:

“Ninguém pode servir a dois senhores.”

— Mateus 6,24

E também:



“Buscai primeiro o Reino de Deus e a sua justiça.”
— Mateus 6,33

Essas palavras têm consequências políticas.

O Evangelho não é apenas uma espiritualidade privada. Ele tem implicações sociais, culturais e morais.

Quando um sistema político:

- destrói a família,
- legaliza o aborto,
- corrompe as crianças,
- combate a verdade,
- ridiculariza a fé,
- promove ideologias contra a natureza,

o católico não pode agir como se a política fosse moralmente neutra.

O *Non Expedit* recordava precisamente isso:

existem momentos históricos em que a neutralidade se torna cumplicidade.

Isso significa que os católicos nunca devem participar da política?

Não.

E aqui é importante evitar simplificações.

A Igreja não condena a participação política em si. Pelo contrário, ensina que os leigos têm uma missão essencial na transformação cristã da sociedade.



O problema surge quando:

- o sistema exige compromissos incompatíveis com a fé,
- a participação implica cooperação com o mal,
- a política se torna idolatria,
- o poder substitui Deus.

Com o tempo, a Santa Sé flexibilizou o *Non Expedit* porque surgiram novas circunstâncias históricas. A ameaça socialista e anticristã tornava necessária uma presença católica mais ativa na vida pública.

Finalmente, o Papa Pio X permitiu certas formas de participação política católica.

Mas o princípio moral subjacente nunca desapareceu:

o católico nunca deve sacrificar a verdade por conveniência política.

O grande perigo moderno: transformar a política em religião

Hoje muitos católicos vivem absorvidos por ideologias políticas.

Alguns acreditam que a salvação virá:

- de um partido político,
- de um líder,
- de uma revolução cultural,
- de uma ideologia nacional,
- ou de programas económicos.

Mas o cristianismo ensina algo radical:



nenhuma estrutura política pode substituir o Reino de Deus.

A política pode ser importante.
Pode ser necessária.
Pode ser um dever moral.

Mas nunca pode tornar-se um absoluto.

Quando a política toma o lugar de Deus:

- nasce o fanatismo,
- a caridade é destruída,
- o mal é justificado,
- e a alma perde a paz.

O *Non Expedit* também foi um aviso contra a idolatria política.

A crise atual: estamos a viver um novo *Non Expedit* implícito?

Muitos católicos tradicionais hoje sentem uma tensão semelhante à do século XIX.

Veem sistemas políticos onde:

- quase todos os partidos apoiam o aborto,
- a eutanásia é normalizada,
- a ideologia de género é imposta,
- a educação cristã é atacada,
- a moral natural é perseguida.

Então surge uma pergunta dolorosa:



como participar sem se contaminar?

A resposta católica nunca foi o isolamento total, mas também não é a submissão ingênua.

O cristão deve:

- discernir,
- resistir ao mal,
- apoiar o que é compatível com a lei moral,
- e rejeitar toda cooperação formal com o pecado.

A doutrina católica sobre a cooperação com o mal

Aqui entramos num ponto moral fundamental.

A teologia católica distingue entre:

- cooperação formal com o mal,
- cooperação material,
- cooperação próxima ou remota.

Um católico nunca pode apoiar diretamente um mal intrínseco.

Por exemplo:

- aborto,
- eutanásia,
- perseguição religiosa,
- corrupção de menores,
- destruição deliberada da família.

Nenhum benefício político pode justificar isso.

São Paulo escreve:



“Não te deixes vencer pelo mal, mas vence o mal com o bem.”
— Romanos 12,21

O problema moderno é que muitos católicos acabam por justificar tudo “por estratégia”, “por pragmatismo” ou “porque o outro partido é pior”.

Mas a moral católica não funciona apenas com cálculos de eficácia política.

A verdade continua a ser verdade mesmo quando custa.

A realeza social de Cristo: uma doutrina esquecida

Um dos grandes dramas contemporâneos é que muitos católicos esqueceram a doutrina da realeza social de Cristo.

O Papa Pio XI ensinou na encíclica *Quas Primas* que Cristo deve reinar:

- nos corações,
- nas famílias,
- na cultura,
- e também nas nações.

Isso não significa impor conversões forçadas.

Significa reconhecer que a verdade moral objetiva existe e que as sociedades não podem prosperar negando Deus.

Quando uma civilização rompe totalmente com a ordem moral:

- surge o relativismo,
- a dignidade humana é destruída,
- o poder substitui a verdade,
- e o ser humano acaba perdido espiritualmente.



O *Non Expedit* nasceu precisamente numa época em que o Estado pretendia emancipar-se completamente de Deus.

E hoje vemos consequências semelhantes à escala global.

O católico diante do mundo moderno

A grande tentação atual é dupla:

1. O isolamento absoluto

Alguns concluem:

“Tudo está corrompido; não devemos fazer nada.”

Mas Cristo disse:

“Vós sois o sal da terra.”

— Mateus 5,13

O cristão não pode abandonar completamente o mundo.

2. A adaptação total

Outros pensam:

“Temos de aceitar tudo para sermos relevantes.”

Mas São Paulo adverte:



“Não vos conformeis a este mundo.”
— Romanos 12,2

A missão do cristão não é mimetizar-se com o espírito do tempo.

É transformar o mundo através da verdade.

O que o *Non Expedit* nos ensina hoje?

Muito.

Ensina-nos que:

- a fé tem consequências políticas,
- nem todo sistema merece apoio automático,
- a Igreja deve resistir quando o Estado combate Deus,
- os católicos devem discernir moralmente a sua participação pública,
- a verdade não pode ser vendida por poder,
- e a política nunca deve tornar-se um ídolo.

Recorda-nos também algo desconfortável:

pode chegar um momento em que ser verdadeiramente católico significa ir contra a corrente.

E isso exige coragem espiritual.



A verdadeira batalha não é política, mas espiritual

Por trás de toda crise política existe uma crise mais profunda:

a perda de Deus.

Sem conversão interior:

- nenhum partido salvará a civilização,
- nenhuma lei será suficiente,
- nenhuma estratégia bastará.

A verdadeira renovação começa:

- na oração,
- na santidade,
- na família,
- nos sacramentos,
- na fidelidade quotidiana.

Cristo não veio apenas reformar governos.

Veio salvar almas.

Uma lição profética para o nosso tempo

O *Non Expedit* continua desconfortável porque questiona muitas certezas modernas.

Obriga-nos a perguntar:

- A quem servimos realmente?
- Até onde estamos dispostos a ceder?
- Pode existir uma sociedade justa sem Deus?



- Estamos a cooperar com estruturas contrárias ao Evangelho?
- Transformámos a política numa nova religião?

A história mostra que quando uma civilização expulsa Cristo:

- acaba também por perder o homem.

Por isso, o desafio do católico hoje não é simplesmente escolher entre esquerda ou direita, entre progressismo ou conservadorismo.

O verdadeiro desafio é muito mais profundo:

permanecer fiel a Cristo num mundo que muitas vezes já não quer que Ele reine.

E essa fidelidade pode exigir sacrifício, incompreensão e resistência.

Mas também é o caminho da verdadeira liberdade.

Porque, como disse o Nosso Senhor:

“*Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará.*”

— *João 8,32*